



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO
Conselho Superior**

RESOLUÇÃO Nº 58/2025 DE 16 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre os requisitos e normas para disciplinar o relacionamento entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), e as Fundações de Apoio (FA), na realização de projetos do IFMA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais consagradas na Lei nº 11.892/2008 de 29/12/2008, publicada no D.O.U de 30/12/2008; reconduzido nos termos do Decreto Presidencial de 01 de Novembro de 2024, publicado no DOU de 04 de Novembro de 2024, no uso de suas atribuições legais; considerando o que consta no Processo 23249.039519.2024-56; considerando, ainda, a decisão do plenário deste Conselho Superior na 85ª Reunião Ordinária de 16 de junho de 2025;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente documento tem como objetivo de disciplinar as relações entre Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, e as Fundações de Apoio – FA, na execução de projetos do IFMA, em conformidade com os seguintes normativos:

- I. Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências;
- II. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;
- III. Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;
- IV. Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- V. Decreto 7.423, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004;
- VI. Decreto 8.240, de 21 de maio de 2014, que regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas referidos no art. 10-B da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994;

- VII. Decreto 8.241, de 21 de maio de 2014, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio;
- VIII. Portaria Interministerial MEC/MCTI 191, de 13 de março de 2012, que dispõe sobre as fundações de apoio registradas e credenciadas para apoiar Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs;
- IX. Portaria Interministerial MEC/MCTI 3.185, de 14 de setembro de 2004, que dispõe sobre o registro de credenciamento das Fundações de Apoio a que se refere o inciso III, do art. 2º, da Lei nº 8.958/94;
- X. Portaria Interministerial MEC/MCTI 475, de 14 de abril de 2008, que altera a Portaria Interministerial MEC/MCT nº 3.185, de 07.10.2004, que dispõe sobre o registro de credenciamento das Fundações de Apoio a que se refere o inciso III, do art. 2º, da Lei nº 8.958/94.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES

Art. 2º O IFMA poderá celebrar convênios, contratos, acordos e demais ajustes, nos termos do art. 1º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, por prazo determinado, com Fundações de Apoio – FA, instituídas com a finalidade de apoiar projetos desenvolvidos pelo IFMA de ensino, pesquisa, extensão, inovação, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e prestação de serviços tecnológicos, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Parágrafo único: As FA de que tratam o caput devem estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e por estatutos, devendo respeitar as condições estabelecidas no Art. 2º da Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Art. 3º Caberá ao Conselho Superior – CONSUP do IFMA deliberar sobre o credenciamento ou credenciamento anual da FA junto à instituição, sendo esta condição necessária para solicitação de autorização da FA para atuar junto ao IFMA ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

§1º O credenciamento e credenciamento de que trata o caput é condição para celebração dos ajustes de que tratam o art. 2º desta Resolução.

§2º Para o credenciamento, deverá ser realizada a análise do relatório de gestão e dos demonstrativos contábeis da FA, bem como verificar a observância às determinações contidas no art. 4º-A, da Lei 8.958/94.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS

Seção I Natureza dos Projetos

Art. 4º Em função da sua natureza, os projetos a serem realizados com FA serão classificados da seguinte forma:

- I. Projetos de Ensino: em cujo objetivo desenvolver cursos para atender necessidades específicas de instituições parceiras ou para oferta não-regular, em atendimento às demandas da sociedade, para os quais não é vedada a cobrança de taxas de matrícula e mensalidade;
- II. Projeto de Pesquisa: tem como objetivo gerar conhecimento e/ou soluções na forma de produtos, serviços ou processos para demandas das organizações empresariais, sociais ou governamentais;
- III. Projeto de Extensão: tem como principal objetivo a interação dialógica e transformadora com a comunidade, por meio da produção e da aplicação de conhecimento, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional;
- IV. Projeto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: projeto desenvolvido com o objetivo de fomentar e promover atividades científicas e tecnológicas nas diversas áreas do conhecimento humano, bem como realizar estudos de ciência, tecnologia e inovação (estudos de CT&I) em áreas estratégicas, visando ao progresso do conhecimento técnico-científico;
- V. Projeto de Prestação de Serviços Tecnológicos: são aqueles que visam a prestação de serviços à comunidade externa em nome do IFMA a partir da capacitação técnico-científica da instituição, devendo estar voltados à

inovação, ao desenvolvimento tecnológico, à formação profissional, ao aperfeiçoamento e difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado, nos termos da Lei nº 10.973/2004;

- VI. Projeto de Desenvolvimento Institucional: programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material, laboratorial e de seleção de pessoal e estudantes, que levem à melhoria mensurável das condições do IFMA, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

§1º Os projetos descritos neste artigo poderão ser realizados de forma associada, visando à integração entre ações de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo diferentes níveis de ensino ofertados no IFMA.

§2º A atuação da FA em projetos de Desenvolvimento Institucional para melhoria de infraestrutura limitar-se-á às obras laboratoriais e à aquisição de materiais, equipamentos e outros insumos diretamente relacionados às atividades de pesquisa científica e tecnológica, garantindo a integração ao patrimônio do IFMA dos materiais e equipamentos adquiridos.

§3º É vedada a realização de projetos com apoio de FA que visem atividades como manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância, reparos, copeiragem, recepção, secretariado, serviços administrativos na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia e demais atividades administrativas de rotina, inclusive por meio do aumento no número total de pessoal.

§4º É vedada a realização de projetos com a participação da FA baseados em serviços de duração indeterminada, bem como aqueles que, pela não fixação de prazo de finalização ou pela prestação continuada, assim se configurem.

Seção II Fonte de Recursos dos Projetos

Art. 5º Em função da origem dos recursos, os projetos, ações e parcerias a que se refere esta Resolução serão classificados da seguinte forma:

- I. Tipo A – quando o IFMA contar com o apoio de FA para a execução de projetos financiados com orçamento próprio ou de Termos de Execução Descentralizada (TED);
- II. Tipo B – quando o IFMA contar com apoio de FA para a execução de projetos, inclusive de Prestação de Serviços Tecnológicos, envolvendo o IFMA e instituições públicas ou privadas, podendo a FA atuar na captação e recebimento direto de recursos sem ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional;
- III. Tipo C – quando a FA de apoio contratar o IFMA para a realização de projetos de Pesquisa Aplicada ou de Inovação e projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, seja por meio de prestação de serviços técnicos especializados ou outro instrumento de parceria;
- IV. Tipo D – quando o financiamento se der por meio da formalização de instrumento de cooperação pela FA e agentes externos, públicos ou privados, inclusive agências de fomento, tendo participação de servidores do IFMA;
- V. Tipo E – quando o financiamento a projetos se der por doações ou através de fundos de reserva.

Seção III Da Aprovação do Projeto e do Plano de Trabalho

Art. 6º Para cada projeto deverá ser elaborado um plano de trabalho, no qual sejam definidos, pelo menos:

- I. O objeto, o projeto básico, o prazo de execução limitado no tempo, o cronograma de desembolso, bem como os resultados esperados, as metas e os respectivos indicadores;
- II. Os recursos do IFMA envolvidos, com os ressarcimentos pertinentes, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.958, de 1994;
- III. Os participantes vinculados ao IFMA e autorizados a participar do projeto identificados por seus registros funcionais, na hipótese de docentes ou servidores técnico-administrativos, bem como os valores das bolsas a serem concedidas;
- IV. Os pagamentos previstos a pessoas físicas e jurídicas, por prestação de serviços, devidamente identificados pelos números de CPF ou CNPJ, conforme o caso;

V. A previsão de despesas administrativas a serem restituídas à FA.

Parágrafo único: o Plano de Trabalho deverá seguir, preferencialmente, o modelo institucional padrão fornecido por meio de Instrução Normativa complementar a esta Resolução, não sendo vedada a utilização de documentos fornecidos pelo parceiro ou órgão financiador do projeto.

Art. 7º O Plano de Trabalho deverá ser obrigatoriamente aprovado pelos órgãos colegiados acadêmicos competentes do IFMA, sendo estes:

- I. Conselho Diretor (CONDIR) do campus: a quem compete a análise, manifestação e emissão de parecer de projetos originados no âmbito do campus; ou
- II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE): responsável pela análise, manifestação e emissão de parecer de projetos originados na reitoria do IFMA.

Art. 8º Os projetos que envolverem direitos de propriedade intelectual deverão ser analisados e aprovados pela Agência de Inovação da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFMA (AGIFMA/PRPGI).

Art. 9º Alterações no plano de trabalho deverão ser analisadas e aprovadas conforme os Art. 7º e 8º, no que couber.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS APOIADOS POR FA

Seção I Dos participantes

Art. 10 Do total de participantes no projeto, 2/3 (dois terços) devem ser de pessoas vinculadas ao IFMA incluindo docentes e servidores técnico-administrativos ativos e aposentados, estudantes regularmente matriculados e pesquisadores da instituição vinculados a programas de pós-graduação ou pós-doc, com exceção de projetos e ações multi-institucionais, cuja quantidade poderá ser alcançada por meio da soma de participação de pessoas vinculadas às instituições envolvidas.

§1º Exclui-se do cálculo de participação previsto no caput as pessoas vinculadas à FA.

§2º Em casos devidamente justificados e aprovados pelo CONSUP, poderão ser realizados projetos com participação de pessoas vinculadas ao IFMA em proporção inferior à prevista no caput, atentando-se para as seguintes condições:

- I. observar a participação de no mínimo 1/3 (um terço) de pessoas vinculadas ao IFMA;
- II. admitir, alternativamente, proporção inferior a 1/3 (um terço) de pessoas vinculadas ao IFMA, desde que não ultrapasse o limite de 10% (dez por cento) do número total de projetos realizados com FA.

Art. 11 A participação de servidores ativos em projeto apoiados por FA deverá ser previamente autorizada pela sua chefia imediata, com indicação de compatibilidade de horário entre as suas atividades no projeto e as atividades no IFMA, de modo a garantir o não comprometimento das atribuições funcionais.

Parágrafo único: A atuação dos servidores docentes em regime de dedicação exclusiva nos projetos descritos nesta Resolução deverá observar o disposto no art. 21 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e em atos normativos do IFMA que regulamentem a matéria.

Art. 12 Em todos os projetos executados com apoio de FA deve ser incentivada a participação de estudantes, observando a compatibilidade das atividades a serem realizadas com sua área de formação e contribuição para o processo de ensino-aprendizagem, para a sua inserção socioprofissional ou para a sua iniciação científica ou tecnológica.

Art. 13 É vedada a participação e concessão de pagamento a familiares do coordenador no projeto, como cônjuge, companheiro ou parentes de linha reta ou colateral até o terceiro grau, salvo a realização prévia de processo seletivo que garanta a isonomia entre os concorrentes e as situações previstas na legislação que veda o nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

Seção II Dos pagamentos

Art. 14 Projetos de Prestação de Serviços Tecnológicos poderão prever retribuição pecuniária a servidores sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

Parágrafo único. O valor do adicional variável de que trata o caput fica sujeito à incidência dos tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou vantagem coletiva ou pessoal.

Art. 15 Os estudantes participantes de Projetos de Prestação de Serviços tecnológicos deverão ser contratados e receber bolsa como estagiários do projeto ou trabalharem como voluntários.

Parágrafo único. Na hipótese de contratação de estudantes como estagiários devem ser seguidas as normativas vigentes nacionais e do IFMA referentes ao tema.

Art 16. Projetos de Ensino, de Extensão, de Pesquisa, de Desenvolvimento Institucional e de Desenvolvimento Científico e Tecnológico poderão prever a concessão de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e estímulo à inovação pela FA a servidores e estudantes, se a fonte de recursos assim permitir, segundo os limites e condições estabelecidos nas normas que regulamentam as concessões de bolsas no âmbito do IFMA e/ou órgãos financiadores do projeto.

§1º A bolsa concedida nos termos do caput caracteriza-se como doação, não configura vínculo empregatício, não caracteriza contraprestação de serviços nem vantagem para o doador e não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária.

§2º A concessão das bolsas de que trata o caput deste artigo será precedida de seleção dos beneficiários, observando-se os seguintes critérios de seleção:

- I. Em se tratando de projetos submetidos a editais públicos ou que possuam financiamento externo, inclusive por meio de descentralização orçamentária, a seleção dos beneficiários será realizada pelos órgãos financiadores ou IFMA mediante a aprovação do projeto com a relação dos bolsistas prevista no Plano de Trabalho;
- II. Em se tratando de projetos institucionais fomentados com recursos próprios do IFMA, a seleção de bolsistas coordenadores decorrerá da seleção do projeto, enquanto os demais bolsistas serão selecionados por meio de processo seletivo organizado pelo(a) coordenador(a).

Art. 17 Para a fixação dos valores de retribuição pecuniária e bolsas, deverão ser levados em consideração critérios de proporcionalidade com relação à remuneração regular de seu beneficiário, com valor compatível à formação e à natureza do projeto.

Art. 18 O limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas percebidas pelos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional não poderá exceder o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do Art. 7º, 7º, §4º, Decreto Nº 7.423/2010.

Parágrafo único: será de responsabilidade do servidor o cumprimento da legislação e deste regulamento referente aos limites dos valores recebidos.

Art. 19 É vedado ao IFMA o pagamento de débitos contraídos pela FA e a responsabilidade a qualquer título, em relação ao pessoal por ela contratado, ainda que sejam servidores do IFMA.

Art. 20 É vedada a:

- I. Concessão de bolsas de ensino para o cumprimento de atividades regulares de magistério de ensino técnico, graduação e pós-graduação;
- II. Concessão de bolsas a servidores a título de retribuição pelo desempenho de funções comissionadas;
- III. Concessão de bolsas a servidores pela participação nos conselhos das FA;
- IV. Cumulatividade do pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112/90, com a concessão de bolsas ou retribuições pecuniárias para a mesma atividade ou em um mesmo projeto ou ainda em projetos de desenvolvimento institucional concomitantes e de objeto similar.

CAPÍTULO V

DOS AJUSTES DO IFMA COM AS FUNDAÇÕES DE APOIO

Art. 21 A relação do IFMA com a FA para a realização dos projetos de que trata esta Resolução deve ser formalizada por meio de instrumentos de contrato, convênio, acordo ou outro ajuste congênere, sempre individualizados, com objetos específicos e prazo determinado, sendo vedado o uso de instrumentos com objetos genéricos e desvinculados de projetos.

§1º A vigência do ajuste celebrado entre o IFMA e a FA será estabelecida com base no período de execução dos projetos e no cronograma de atividades constante no Plano de Trabalho.

§2º A formalização dos ajustes dependerá de aprovação pelo(a) Reitor(a), facultada a delegação a outras autoridades institucionais, e vedada a subdelegação.

Art 22 É vedada a subcontratação total ou parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto ajustado.

Art. 23 Os ajustes firmados com FA deverão conter, no mínimo, sem o prejuízo de outras exigências legais:

- I. Descrição clara do projeto;
- II. Obrigações e responsabilidades de cada uma das partes;
- III. Recursos envolvidos e definição adequada da repartição de receitas e despesas oriundas dos projetos envolvidos.

Art. 24 O patrimônio tangível ou intangível do IFMA utilizado nos projetos, incluindo laboratórios, salas de aula, recursos humanos, materiais de apoio e de escritório, nome e imagem, redes de tecnologia de informação, conhecimento e documentação acadêmicos gerados, deve ser considerado como recurso público na contabilização da contribuição de cada uma das partes na execução do ajuste com FA.

§1º A utilização de bens, serviços e imagem do IFMA para a execução do projeto deve ser contabilizada adequadamente e deverão ser estabelecidas rotinas de justa retribuição e ressarcimento pela FA, com a expressa menção no plano de trabalho.

§2º A utilização dos bens e serviços não poderá comprometer as atividades regulares a que se destinam e deverá ser aprovada pela direção da unidade do IFMA a qual estão vinculados.

§3º O ressarcimento ao IFMA pela utilização de instalações e equipamentos poderá, alternativamente, ser realizado através de doação de equipamentos, materiais e obras civis. A forma de ressarcimento deve estar definida no Plano de Trabalho.

Art. 25 Os ajustes firmados com FA poderão prever percentuais calculados com base no valor do projeto para a composição dos Fundos Acadêmicos do IFMA, previstos no plano de trabalho, cuja aplicação deverá observar regulamentos específicos do IFMA.

Art. 26 Os ajustes celebrados com FA poderão acolher despesas administrativas e operacionais até o limite de 15% (quinze por cento) do valor do projeto, previstas no Plano de Trabalho.

Art. 27 Os ajustes firmados com objeto relacionado à inovação, pesquisa tecnológica e transferência de tecnologias devem prever mecanismos para promover a retribuição dos resultados gerados para o IFMA, especialmente em termos de propriedade intelectual e royalties, não se limitando ao prazo fixado para os projetos.

Art. 28 Os recursos provenientes de ajustes com FA deverão ser movimentados em contas específicas abertas para cada projeto pela FA.

Art. 29 Os recursos financeiros captados diretamente pela FA para execução de projetos, com anuência expressa do IFMA, poderão ser depositados diretamente na conta do projeto, sem ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme art. 3º da Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Art. 30 Deve haver incorporação, à conta de recursos próprios do IFMA, de eventual saldo remanescente e/ou da parcela dos ganhos econômicos decorrentes do desenvolvimento do projeto que não foram executados durante a vigência do ajuste entre o IFMA e a FA.

CAPÍTULO VI

COORDENAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Seção I Coordenação e Fiscalização dos Projetos

Art. 31 Nos projetos desenvolvidos entre o IFMA e FA, será designado um(a) coordenador(a) e, quando necessário, um(a) subcoordenador(a), devendo estes(as) serem servidores(as) públicos(as) efetivos do quadro permanente do IFMA com qualificação para o exercício das atribuições inerentes a essa função.

§1º Compete ao(à) coordenador(a) e subcoordenador(a) do projeto cumprir os dispositivos seguintes, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas neste regulamento, bem como as estabelecidas no Plano de Trabalho do projeto:

- I. Providenciar os documentos necessários para o processo de formalização de contrato, convênio, acordo ou outro ajuste congênere, bem como dos seus possíveis aditivos e congêneres, salvo situação excepcional devidamente demonstrada, sendo ele responsável, perante os órgãos de controle, pelo descumprimento dos

prazos;

- II. Responsabilizar-se pela execução técnica do projeto, observando os prazos previstos no cronograma das atividades;
- III. Requisitar e acompanhar a FA quanto às despesas das atividades programadas no projeto;
- IV. Observar o cumprimento das normas de segurança aplicáveis, conforme regulamentação e legislação vigentes;
- V. Providenciar os documentos necessários para a prestação de contas final do projeto;
- VI. Prestar, quando solicitado(a), todas as informações necessárias para a prestação de contas físico-financeira dos projetos.

§2º A inobservância, por parte do coordenador, dos prazos e obrigações estabelecidos neste regulamento e no ajuste firmado com a FA, bem como a inexecução parcial ou integral do objeto do projeto, implicará no impedimento de percepção de bolsas e coordenação de outros projetos até a regularização da situação pendente, sem prejuízo de outras sanções legalmente estabelecidas no Título IV, Capítulo V, da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 32 Nos projetos desenvolvidos entre o IFMA e FA, será designado um fiscal titular e um(a) substituto(a), devendo estes(as) serem servidores(as) públicos(as) efetivos do quadro permanente do IFMA com qualificação para o exercício das atribuições inerentes a essa função.

Parágrafo único: Compete ao fiscal do projeto, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas neste regulamento:

- I. Fiscalizar a execução do projeto e as despesas realizadas pela FA;
- II. Acompanhar o cumprimento das metas e resultados dos projetos;
- III. Monitorar a execução do contrato, convênio, acordo ou outro ajuste congêneres, de acordo com o previsto no plano de trabalho, assim como nas cláusulas contratuais;
- IV. Comunicar ao(à) coordenador(a) do projeto as ocorrências do não cumprimento previsto nos termos do contrato, convênio, acordo ou outro ajuste congêneres;
- V. Fiscalizar a atuação do(a) coordenador(a) do projeto no tocante à composição da equipe de trabalho do projeto, com vistas a evitar o favorecimento de cônjuges e parentes de servidores do IFMA, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, e impedir o direcionamento de bolsas em benefício dessas pessoas, em consonância com a Súmula Vinculante no 13 do STF e Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil Federal - Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994.

Seção II Acompanhamento e Controle

Art. 33 As FA, na execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes congêneres envolvendo a aplicação de recursos públicos, submeter-se-ão ao controle finalístico e de gestão do Conselho Superior (CONSUP) do IFMA.

§1º A Pró-reitoria de Extensão - PROEXT e a Pró-reitoria de Administração e Planejamento - PROAD, são as responsáveis por assessorar o CONSUP no acompanhamento, gestão e controle individual dos projetos executados com as FA;

§2º No acompanhamento e no controle finalístico e de gestão de cada projeto, será verificado:

- I. A concessão de bolsas no âmbito dos projetos, evitando que haja concessão de bolsas para servidores e pagamento pela prestação de serviços de pessoas físicas e jurídicas com a mesma finalidade;
- II. O gerenciamento dos recursos envolvidos em cada projeto, de forma individualizada;
- III. A efetivação do recolhimento à conta única do projeto dos recursos devidos à FA, quando da disponibilidade desses recursos pelos agentes financiadores do projeto;
- IV. A segregação de funções e responsabilidades na gestão dos instrumentos ajustados, de maneira a evitar que a propositura, homologação, assinatura, coordenação e fiscalização do projeto se concentrem em um(a) único(a) servidor(a), em especial seu(sua) coordenador(a);
- V. A publicidade das informações sobre a relação com as FA de acordo com as regras e condições estabelecidas,

bem como a sistemática de aprovação de projetos, além de outros.

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 34 A prestação de contas final de projeto executado com FA deverá ser apresentada em até 60 (sessenta) dias contados do término da vigência prevista no instrumento de ajuste ou da consecução do objeto, o que ocorrer primeiro, por meio de fluxo definido em Instruções Normativas complementares a esta Resolução.

Art. 35 Os documentos que comporão a prestação de contas serão, sem prejuízo a outros definidos em Instruções Normativas complementares a esta Resolução:

- I. Relatório de Prestação de Contas Final: elaborado pela FA, este documento deverá abranger os aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade e que deverá ser instruído com demonstrativos de receitas e despesas, cópia dos documentos fiscais da FA, relação de bens adquiridos e seus respectivos termos de doação, materiais, serviços e pagamentos realizados, discriminando, no caso de pagamentos, as respectivas cargas horárias de seus beneficiários, cópias de guias de recolhimentos e atas de licitação, bem como a comprovação de depósito na Conta Única do Tesouro Nacional do IFMA de eventual saldo remanescente e/ou da parcela dos ganhos econômicos decorrentes do desenvolvimento do projeto.
- II. Relatório de Cumprimento de Objeto: emitido pelo coordenador do projeto, este documento deverá destacar o alcance dos resultados esperados e o atingimento do objeto, atestando ainda relação de bens, materiais e serviços adquiridos pela FA.

Art. 36 A análise finalística e financeira deverá ser realizada pela PROAD e PROEXT, no que couber, no Relatório de Avaliação Final concluído em até 60 (sessenta) dias corridos após a abertura do processo de prestação de contas.

Parágrafo único: O Relatório de Avaliação Final deverá ser aprovado pelo Reitor.

Art. 37 Caso as avaliações previstas no Art. 36 desaprovem Relatório de Prestação de Contas Final e/ou Relatório de Cumprimento do Objeto, a FA e/ou o coordenador do projeto, no que couber, terão até 45 (quarenta e cinco) dias para interpor recurso fundamentado e, caso necessário, apresentar nova versão do documentos, que passarão por nova avaliação.

Parágrafo único: Mantida a reprovação da prestação de contas e esgotada a possibilidade de recurso, caso tenha sido apurada falha do(a) coordenador(a) do projeto, este(a) ficará impedido de formalizar novos instrumentos com FA e poderá ser obrigado a restituir os valores efetivamente recebidos, além de responder por descumprimento de dever funcional. Caso tenha sido apurada falha da FA, esta ficará impedida de apoiar novos projetos do IFMA e poderá ser obrigada a restituir os valores efetivamente recebidos.

Art. 38 A prestação de contas apresentada pela FA ao IFMA não a desobriga de fazê-la ao órgão financiador, de acordo com as regras estabelecidas por este.

Art. 39 A FA deverá manter em pasta individualizada de cada projeto cópia dos documentos fiscais, relação de pagamentos realizados, cópias de guias de recolhimentos, atas de licitação e outros documentos relativos à execução do projeto.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 As informações sobre os ajustes firmados com FA deverão ser disponibilizadas, por meio eletrônico, pelo IFMA e pela FA, como forma de atendimento ao princípio da transparência pública.

Art. 41 As incubadoras de empresas, associações e empresas, quando criados com a participação do IFMA, poderão utilizar as FAs para desenvolvimento de suas atividades, respeitando o que determina esta Resolução.

Art. 42 Os casos omissos serão resolvidos pela PROEXT e PROAD, no que couber.

Art. 43 Revogar a Resolução nº 110, de 24 de abril de 2017.

Art. 44 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

CARLOS CESAR TEIXEIRA FERREIRA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Carlos Cesar Teixeira Ferreira, Presidente do Conselho Superior**, em 24/06/2025 19:14:11.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/06/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifma.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1080909

Código de Autenticação: 98ccc0f901

